

## SEGUNDO REAJUSTE ZERO

*Quarta-feira, dia 23, o Reitor informou à Diretoria da ADUNICAMP que, por decisão do CRUESP, também não haverá reajuste de salários no mês de janeiro.*

### VEJA QUANTO VOCÊ ESTÁ PERDENDO

*De acordo com o IPC (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação IBGE), a inflação de dezembro foi de 18,3%. Para manter seu poder aquisitivo, o nosso salário deveria passar, naquele mês, de 100 para 118,3%. Como não houve nenhum reajuste, ficamos com 100/118,3, ou seja, 84,5% do salário real de novembro. Perdemos 15,5% do nosso poder aquisitivo.*

*Com a previsão de uma inflação de aproximadamente 20% em janeiro, para manter o seu poder aquisitivo de novembro, o nosso salário deveria passar para 141,96% (120% de 118,3). Como, mais uma vez, não haverá reajuste nenhum, deveremos viver agora com 100/141,96, ou seja, 70,4% do nosso poder aquisitivo de novembro.*

**No total, em dois meses, levarão 29,6% do nosso salário.**

### ORÇAMENTO MISTERIOSO

Um dos itens mais importantes da pauta da data-base trata justamente da constituição de uma comissão com representação da associação de docentes para acompanhar a execução orçamentária. Hoje, muito pouco sabemos sobre as finanças da universidade. Os dados disponíveis são excessivamente agregados, parciais e, não raro, inconsistentes.

Por exemplo, o percentual dos recursos gastos com pessoal é calculado pela simples comparação entre, de um lado, as folhas de pagamento mensais e, de outro, os repasses do ICMS. A utilização desses dados está totalmente errada. Eles apresentam fluxos normalmente associados a aplicações financeiras que geram recursos adicionais. Sobre essas aplicações não temos informações.

Essas comparações levam também a pensar que os gastos com pessoal deixam apenas 2 a 10% do orçamento para financiar todas as demais despesas da universidade. Essa idéia deveria bastar para deixar desconfiado qualquer observador atento: na verdade, além disso, os repasses do ICMS não representam todos os recursos gastos pela universidade. Qual a importância das outras fontes de recursos da universidade, dos inúmeros e variados convênios? Como esses recursos são gastos? Sobre tudo isso, não temos a menor idéia.

Para que seja possível uma avaliação séria do desempenho das universidades públicas, das suas reais prioridades, do verdadeiro impacto da folha de pagamentos, defendemos a elaboração de um orçamento completo e compreensível.

### CRUESP NÃO QUER NEGOCIAR

O Secretário do Fórum das Associações de Docentes das três universidades públicas paulistas tentou, repetidas vezes, desde o início do mês, marcar uma audiência com o Conselho de Reitores. Não conseguiu. O CRUESP não quer conversa. Nem mesmo uma reunião para o anúncio do índice de reajuste foi realizada. O reajuste ZERO foi anunciado em cada universidade pelo respectivo Reitor.

Essa decisão reveste-se de maior gravidade tendo em vista que janeiro é a nossa data-base. Temos uma longa lista de reivindicações, salariais e outras, todas importantes para o bom andamento do nosso trabalho. Esperamos que o CRUESP reveja rapidamente a sua posição, para que se mantenha o fórum de discussão dos problemas comuns às três comunidades.

**REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES  
28/02 - 12:00 h - CB: 10.**

**ASSEMBLÉIA GERAL DOS DOCENTES  
06/03 - 12:00 h - CB: 10.**

**Pauta: A Questão Salarial**

## GOVERNO TAMBÉM É RESPONSÁVEL

O limite mínimo de 8,4% do ICMS que deve ser repassado às três universidades públicas é discutido desde a sua fixação. No primeiro semestre do ano passado, já diante da recessão, as associações docentes defenderam a elevação desse percentual para 10,5%, (considerando em particular que, com os governos que temos, o mínimo acaba também como o máximo). Entretanto, graças fundamentalmente a uma orientação expressa do executivo, essa alteração não foi aprovada.

O agravamento da recessão, com suas inevitáveis repercussões sobre a arrecadação do ICMS, coloca graves problemas para as Universidades, independentemente da qualidade de suas administrativas. O governo não pode deixar de considerar essa realidade, nem pode usar a autonomia financeira para se eximir de toda e qualquer responsabilidade. Isso seria pura irresponsabilidade.

Na esperança de despertar a sensibilidade do governo para a situação das universidades públicas, o Fórum das três ADs já solicitou uma audiência ao Secretário de Ciência e Tecnologia.

Uma ajuda governamental imediata pode adotar várias formas: empréstimo emergencial, adiantamento de recursos etc. Com vistas a atacar o problema pela base, o governo deveria também ajudar as universidades a construir fundos de capitalização para enfrentarem as variações conjunturais da sua receita.

Na mesma linha, os representantes do governo nos Conselhos Universitários ajudariam muito apoiando a nossa reivindicação de um orçamento detalhado e completo, instrumento indispensável a uma gestão de QUALIDADE.

## COMPROMISSOS NÃO CUMPRIDOS

*Os Reitores prometeram manter o salário real durante o ano de 1990. Não cumpriram. Prometeram mais, prometeram uma valorização REAL do salário de, pelo menos, 10%. Também não cumpriram. Se o reajuste mensal de acordo com a inflação fosse respeitado em dezembro, apenas os professores MS-3 a MS-6 não teriam perdas salariais durante o ano que passou, graças à chamada valorização da carreira, em outubro. Como não houve nenhum reajuste em dezembro, houve perda de poder aquisitivo em todos os níveis da carreira.*

## APOSENTADORIA NA UNICAMP

Neste momento de grande reflexão sobre os destinos das universidades em geral e da UNICAMP em particular, uma questão vem aflorando paralelamente às discussões sobre excelência acadêmica e papel social da universidade. Trata-se da questão do financiamento das atividades universitárias e, agora, intimamente ligado a ele, o do pagamento de aposentadorias.

No final do ano passado, duas deliberações do CONSU avançaram sobre a questão da aposentadoria. A primeira, fixando normas para a absorção de professores aposentados e a segunda modificando os prazos de fixação no Regime de Dedicção Exclusiva (RDIDP) para aquisição do direito de aposentadoria por esse regime.

Essa preocupação da Universidade é louvável, uma vez que, embora contemos com poucos inativos na UNICAMP, sabe-se que esse número tende a aumentar muito num futuro próximo. O pagamento de aposentadorias é feito pela universidade com a mesma verba destinada aos salários. Além disso, a UNICAMP paga 12% do valor dos salários ao IPESP (6% descontados do salário e 6% pagos pela Universidade), que responsabiliza-se exclusivamente pelo pagamento de pensões, valor pequeno se comparado com a arrecadado e, principalmente, com o que a universidade paga de aposentadoria.

Em documento entregue à Diretoria da ADUNICAMP na última reunião que tivemos com o Reitor, é lançada a idéia de um Fundo de Capitalização para aposentadoria na UNICAMP. Acreditamos ser este um assunto fundamental para discussão entre os docentes, pois implica em várias mudanças. A primeira, mais visível, é que a universidade deixaria de fazer transferências para pagamento de aposentadorias, permitindo aplicações do excedente no mercado financeiro; a segunda é que provavelmente, para viabilizar o fundo, seja necessário um desconto maior sobre os salários. No entanto, talvez a consequência mais interessante seja a possibilidade do gerenciamento conjunto desse fundo, retomando-se uma prática (suspensa durante anos do regime militar), estabelecida pela Lei Elói Chaves, de 24/01 de 1923...

## IPTU - ABAIXO ASSINADO OAB

*A OAB - Campinas está organizando um abaixo assinado de desacordo com a lei municipal que aprovou a reforma tributária e de autorização para apresentação de Projeto de Lei Modificativo.*

*Embora a diretoria da ADUNICAMP não tenha se posicionado em relação a tal manifestação, resolvemos colocar na sede da entidade os formulários para o abaixo assinado. Os interessados devem trazer o número do seu título de eleitor em Campinas..*